A desinformação e seus prejuízos a democracia: pela ótica contemporânea do Estado constitucional brasileiro

La desinformación y sus perjuicios para la democracia: desde la óptica contemporánea del Estado constitucional brasileño

Carlos Eduardo Alérico[1]

RESUMO

A desinformação e o poder, conceitos colocados na mesma frase de forma sincrônica, um sinônimo ao outro. As redes sociais promovendo um novo cenário político, o qual as *fake news* se destacam durante as corridas eleitorais. A manipulação do indivíduo mediante a desinformação sendo elemento essencial na ‘’deliberação democrática’’. Diante do novo cenário, a democracia correndo riscos, e demonstrando suas fragilidades, visto a desigualdade material na aplicação do procedimento democrático igualitário, assim como, na desconfiança as instituições democráticas. Concluiu-se no presente trabalho, que a democracia deliberativa apenas será efetiva quando o Estado brasileiro propiciar condições básicas para sua aplicação, sendo essencial e indispensável, a educação política para grande maioria de seus cidadãos.

Palavras-chave: Desinformação; *Fake News;* Democracia; Desigualdade; Educação.

RESUMEN

La desinformación y el poder, conceptos situados en la misma frase de forma sincrónica, como sinónimos entre sí. Las redes sociales promueven un nuevo escenario político, en el cual las fake news cobran protagonismo durante las contiendas electorales. La manipulación del individuo mediante la desinformación se presenta como un elemento esencial en la “deliberación democrática”. Ante este nuevo escenario, la democracia corre riesgos y evidencia sus fragilidades, dada la

[1] Mestrando em Direitos Fundamentais e Democracia pelo Centro Universitário Autônomo do Brasil (UNIBRASIL); E-mail: carlosalerico@outlook.com

desigualdad material en la aplicación del procedimiento democrático igualitario, así como la desconfianza hacia las instituciones democráticas. Se concluye en el presente trabajo que la democracia deliberativa solo será efectiva cuando el Estado brasileño garantice condiciones básicas para su aplicación, siendo esencial e indispensable la educación política para la gran mayoría de sus ciudadanos.

Palabras clave: *Desinformación; Fake News; Democracia; Desigualdad; Educación.*

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa concentra-se em discutir as implicações das redes sociais em um Estado Democrático de Direito, direcionado ao Brasil contemporâneo. Considerando que o acesso à informação e a liberdade de expressão, quando não regulamentados, em um ambiente com regras abstratas, de fácil comunicação e difusão como são as redes sociais, tais proveitos acabam por produzir efeitos contrários. Sustentando a desinformação e a polarização política, servindo apenas como um mecanismo que possui capacidade de fragilizar o Estado Democrático.

O trabalho contém os seguintes objetivos: I – Observar como as redes sociais sustentam a desinformação e estimulam a polarização política; II – Avaliar como essa desinformação afeta a democracia, outrossim, analisando as características de um Estado democrático e as especificidades do Estado brasileiro; III – Revendo acontecimentos recentes que foram estimulados pela desinformação e uma possível crise democrática no país.

Considerando os problemas a serem analisados, a pesquisa dividiu-se em três partes. Primeiramente fazendo um breve estudo de como funciona as redes sociais e a disseminação da desinformação, caracterizada como *fake news*, abrangendo suas motivações genéricas, funcionalidade, e resultados. Analisando o funcionamento dos algoritmos das redes sociais, e de outros conceitos que se vinculam com a desinformação, como: filtros de bolha, câmaras de eco, discurso de ódio e polarização política.

Na segunda parte do estudo, concentra-se no entendimento sobre a democracia e seu sistema ideal, visto os requisitos indispensáveis para sua efetivação. Fazendo um paralelo sobre requisitos formais e materiais da democracia, observando que esse segundo, está amplamente afastado do cenário

contemporâneo do Estado brasileiro. Realizando o vínculo entre esses vícios com os entendimentos preestabelecidos no imaginário social brasileiro, qual servem apenas

para sustentar a inexistência desses aspectos materiais.

Por fim, no terceiro capítulo, para elucidar o problema em tela, foi realizado a análise de casos recentes ocorridos mediante a desinformação nas redes sociais, primordialmente nos períodos entre 2016 – 2022, desde o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rouseff, até o final da crise sanitária do COVID-19. Demonstrando e entendendo como a desinformação se apresenta como um risco a democracia e suas instituições democráticas.

O método adotado para realização da presente pesquisa foi da pesquisa quantitativa, interpretando e analisando obras que abordam o mesmo tema, realizando desse modo, uma revisão bibliográfica. O objeto do estudo trata-se de acontecimentos recentes no cenário político brasileiro, qual as redes sociais atuaram como protagonistas em sua promoção, realizando análise de casos contemporâneos, como a utilização exacerbada de *fake news* nos últimos períodos eleitorais, outrossim, durante a pandemia da COVID-19 no país.

2 AS REDES SOCIAIS E A PANDEMIA DE DESINFORMAÇÃO

As facilidades proporcionadas pela era tecnológica e as redes sociais são múltiplas, aproximando indivíduos geograficamente distantes, além de ampliar o acesso à informação. Comodidades essas que causam aos seus usuários variados benefícios, como em uma pesquisa científica, em que o pesquisador para realizar um trabalho de qualidade, a depender do seu tema, não obrigatoriamente necessita se locomover a determinado local para obter o conteúdo do estudo, estando toda a matéria disponível mediante a tela preta de seu computador, *tablet* ou *smartphone*.

Contudo, há um risco intrínseco diante de tais benesses. O fácil acesso não apenas se aplica para os estudos e informações, mas também, e na maioria das vezes, para as desinformações, principalmente aos usuários que possuem determinada dificuldade discernitiva em diferenciar essas informações falsas com as verídicas, sofrendo ampla influência de um âmbito digital alienante. Essa prática

inautêntica comumente é nomeada nas redes sociais como *fake news*. A dificuldade agora não está no acesso à informação, mas sim, na diferenciação daquilo que é

verdadeiro em relação ao que é falso (SANTIN, 2024).

A desinformação como mecanismo de controle não é um fato inédito. A utilização de informações inverídicas para atentar a democracia e a participação social é usualmente aplicável, utilizada a todo instante como tática política. Havendo agora a potencialização dessa desinformação, mediante os impactos propiciados pelas redes sociais (WÜNSCH e FERREIRA, 2021).

O entendimento de *fake news* advém de um instrumento propagador de desinformação, possuindo efeitos e características específicas em relação a tradicional desinformação. Utilizada intencionalmente na alteração de uma notícia e informação, principalmente no âmbito digital, mas também, podendo estar presente nos clássicos veículos de comunicação (BRISOLA e BEZERRA, 2018).

Sua fixação nas redes sociais sucedeu-se da fácil publicação e compartilhamento de informações nessas redes, resultando em uma desburocratização da informação, propiciando num ambiente onde qualquer indivíduo pode ‘’opinar’’, criar, manipular e divulgar ‘’informações’’, sendo essa facilidade uma das características mais atrativas aos usuários e produtores de conteúdo. Particularidade marcante desses novos veículos de comunicação.

O vínculo elementar da democracia com a desinformação deriva da polarização política contemporânea (dicotomia direita e esquerda). A visão bipolar de mundo do indivíduo estimula as *fake news*, visto que o indivíduo inserido nesse contexto, tende a ter uma ótica contra e a favor, situando-se em algum dos lados (BACHUR, 2021).

E o atual jogo político, se utilizando excessivamente das novas mídias sociais em sua proliferação política e ideológica. Estando marcado no Brasil contemporâneo no período recente entre as eleições presidenciais de 2018, período pandêmico e nas eleições presidenciais de 2022.

Deve-se considerar que essas novas plataformas digitais não são responsáveis por criar as desinformações, ou o conceito de polarização. Essas

apenas são estimuladas e divulgadas com maior facilidade nas mídias digitais, potencializando seu impacto e alcance ‘’informativo’’ (BACHUR, 2021).

A mercantilização das redes sociais proporcionou esse risco, considerando que os algorítimos, absorvem informações particulares de seus usuários (gostos, pontos de interesse, produtos pretendidos, etc) com base em suas curtidas, interações e compartilhamentos, contendo a finalidade de direcionar seu conteúdo conforme as tipificações de cada usuário.

Nesse cenário, os usuários são estimulados por ‘’filtros de relevância’’[2], que direcionam os conteúdos a serem consumidos pelos mesmos, como também, no *marketing* com base em suas necessidades e interesses. Nesse ponto que emerge a polarização, mediante as bolhas de filtro e as câmaras de eco. Espaços digitais onde os indivíduos apenas interagem e absorvem um espelho de sua própria imagem, interagindo com indivíduos que consentem de seus ideais, outrossim, num ambiente distante do dissenso – característica elementar da democracia (BACHUR, 2021). O usuário consumindo infinitamente sua própria compreensão de mundo.

O fator da polarização nas redes sociais se tornou ponto chave na disseminação das *fake news* pela sua capacidade de ‘’cegar’’ o indivíduo. Os algorítimos asfixiando seus usuários em visões extremistas de mundo, onde o oposto é amplamente estigmatizado (SANTIN, 2024). Alimentado pela ‘’viralidade’’ das *fake news*, notícias atrativas com potencial viral, atraindo uma grande quantidade de usuários, que já ‘’cegos’’ em seus cercos ideológicos, possuindo maior probabilidade de absorver como verídica a informação ilegítima (WÜNSCH e FERREIRA, 2021).

Outro ponto que também se vincula com as *fake news*, está no estímulo aos discursos de ódio nas redes sociais. A polarização resultando na perseguição dos grupos opositores, em uma tentativa de limitar seus direitos e garantias (WÜNSCH e FERREIRA, 2021).

[2] Os filtros de relevância surgem como uma solução técnica para organizar a informação da plataforma para o próprio usuário. BACHUR, João Paulo. **Desinformação Política, Mídias Digitais e Democracia: Como e Por Que as Fake News Funcionam?** RDP, vol. 18, n. 99, 2021. p. 447.

Aqui se mostra presente como o jogo político contemporâneo se beneficia da desinformação nas redes sociais, oportunizando ringues ideológicos, nos quais não se pautam pelo debate, reservando-se apenas no ataque ao diferente. As redes sociais originando uma ‘’pandemia de desinformação’’[3].

Diante de toda problemática, se conceitua o Estado Democrático Brasileiro, com suas particularidades oriundas de uma democracia jovem, marcada por ditaduras e revoluções. Visto que problemas existentes no Estado brasileiro contemporâneo, apenas servem para nutrir a polarização política e principalmente, as desinformações. Ficando para o próximo capítulo a análise da democracia, observando sua formalidade e materialidade, vinculando tais entendimentos as problemáticas sociais evidentes no país.

3 A DEMOCRACIA NO ESTADO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO E SEUS ASPECTOS FORMAIS E MATERIAIS

Nas palavras de Robert Dahl, o conceito de democracia caracteriza-se da união de diferentes indivíduos para a obtenção de interesses em comum, devendo esses indivíduos participarem igualmente na deliberação, discussão e decisão política, considerando todos seus membros como ‘’politicamente iguais’’ (DAHL, 2001).

Como critérios materiais (posteriormente formalizados na Constituição de 1988) para o funcionamento democrático encontram-se: I – Participação efetiva: para aplicar determinada política, deve a todos os indivíduos o discernimento sobre o problema, outrossim, em sua opinião sobre a aplicação da mesma medida; II – Igualdade de voto: devendo todos os votos serem contados como iguais, não

[3] Conceito originário das dificuldades contemporâneas na diferenciação das notícias verídicas e inverídicas no período pandêmico no Brasil, resultando da pandemia da COVID-19 numa outra e nova pandemia, a da desinformação. GOULART, Andrea Heloiza. MUÑOZ, Ivette Kafure. **O sujeito informacional e as redes sociais online: reflexos da polarização política nas práticas informacionais relacionadas à pandemia de Covid-19.** Liinc em Revista, [S. l.], v. 18, n. 2, 2022. p. 2.

havendo distinções entre os indivíduos; III – Entendimento esclarecido: oportunidade igualitária a todos os indivíduos de compreender a funcionalidade da política, assim como, de seus efeitos futuros; IV – Controle do programa de planejamento: Os indivíduos, conjuntamente, devendo escolher quais os problemas a serem discutidos, e de como serão discutidos; e por fim, V – Inclusão dos adultos: havendo a existência dos direitos dos cidadãos, aplicados a todos os indivíduos adultos residentes de determinada região (DAHL, 2001).

No entendimento de Dahl, esses critérios se estabelecem como necessários, visto que a inobservância de qualquer um desses requisitos, resultará na desigualdade entre esses indivíduos (DAHL, 2001). O desrespeito a esses critérios causando a restrição de oportunidades para alguns indivíduos, visto que uns receberão maiores oportunidades em relação aos outros (DAHL, 2001).

Contudo, Dahl adianta-se, reconhecendo que tais critérios, mesmo que necessários, visão apenas um modelo qual serve como ‘’orientação para a moldagem e remoldagem de instituições políticas, constituições, práticas e arranjos concretos’’. Considerando que sob sua ótica, nenhum Estado possui ou possuiu um governo rigorosamente de acordo com seus critérios elementares do processo democrático, prevendo que provavelmente, o mesmo de fato nunca aconteça (DAHL, 2001).

Diante dessa perspectiva, trazendo a análise ao Brasil contemporâneo, observa que o país adotou um modelo de democracia participativa, imputando aos cidadãos o dever e o direito de eleger os seus representantes no parlamento e na presidência (SANTIN, 2024). Modelo que possui plena capacidade de contradizer os próprios ideais democráticos, visto que se molda pelas escolhas dos cidadãos (WÜNSCH e FERREIRA, 2021).

O problema se evidencia como apurado por Dahl, visto que variadas características do procedimento democrático apontado pelo autor, encontram-se no Estado brasileiro apenas numa igualdade formal. Existindo a ausência direta de elementos que tragam o pleno exercício dos poderes políticos. Observados primordialmente refletidos na pobreza, analfabetismo e no desenvolvimento humano

baixíssimo, incidindo diretamente na consolidação democrática (WÜNSCH e FERREIRA, 2021).

Não havendo uma igualdade material. A ausência dessas condições materiais resultando no afastamento da população geral, sustentando apenas, os interesses de elites já preestabelecidas no âmbito político (WÜNSCH e FERREIRA, 2021).

Elites essas que se beneficiam de um sistema democrático fragilizado e de uma sociedade majoritariamente ingênua. Como aponta Jesse Souza, a classe média brasileira criou uma falsa concepção de ‘’elite’’, colocando-se na posição de tal, taxando como pobres apenas os ‘’excluídos e marginalizados’’ (SOUZA, 2018). Sustentando erroneamente o poder e estabelecimento das verdadeiras elites, prejudicando seu próprio grupo social (SOUZA, 2018).

A perspectiva de ‘’superioridade’’ por parte das elites em relação aos grupos populares, não é normatizada e tipificada legalmente, e nem precisa ser, para produzir seus efeitos. O direito formal roga pela igualdade, mas o que se sobressai é a ‘’lei prática da sociedade’’, que caracteriza esses indivíduos em um polo superior aos demais (SOUZA, 2018). Sustentando o argumento da inexistência de elementos materiais para a proteção do procedimento democrático, restando apenas uma ilusão formal tipificada na Constituição Federal.

> Assim, o sonho de toda criança das classes marginalizadas é ter um tênis Nike ou um iPhone, produtos corriqueiros entre os filhos da classe média real. As classes subalternas já se percebem como inferiores por não terem acesso aos mesmos símbolos de status e de bom gosto. Desse modo, nem precisa escrever na lei que essas pessoas são gente de menor valor, pois elas próprias estão convencidas disso, na prática cotidiana, pela impossibilidade de ter acesso a mercadorias que são mais um símbolo de distinção social do que algo para uso concreto (SOUZA, 2018).

Para Jesse Souza, a falsa percepção da classe média sobre sua posição social e política sustenta uma concepção escravista substancial, espelhando elementos coloniais institucionalizados na sociedade brasileira. Explorando as classes mais próximas da base e ofendendo os mais ‘’fracos’’ (SOUZA, 2018).

Desse modo, no embate político e na prática democrática, dificilmente a classe média se posicionará contra políticas favoráveis as elites, mas como regra, aparentemente sempre vão ter um descontento com políticas que buscam diferenciar a distância entre a base e o topo, distanciando os mais ‘’frágeis’’ de uma igualdade material.

A falta desses elementos dentro de democracias jovens, como é o caso do Brasil, podendo resultar em um totalitarismo como o ocorrido durante a ditadura militar. Contudo, como conceitua Wünsch e Ferreira, o ‘’*modus operandi*’’ da manipulação deixou de ser efetuado mediante ditaduras, sendo facilmente aplicado pela desinformação das redes sociais, manipulando a opinião pública, possuindo o caráter de ofender diretamente o espaço democrático (WÜNSCH e FERREIRA, 2021). Fomentando também, na distância entre as elites e as classes dominadas, visto que a desinformação já sustenta um falso entendimento da classe média como a ‘’nova elite’’.

A ideia de democracia, dentro das características apontadas por Rahl, entende-se que a população, em sua plena capacidade para eleger um candidato, igualmente, necessita gozar da plena capacidade discernitiva para efetuar tal escolha. ‘’Se os cidadãos não estão dispostos a isso, ou não são capazes de fazê-lo (por não terem educação política ou por estarem mal-informados), surge a tensão entre o efetivo exercício da democracia e as condições a ela necessárias’’ (SANTIN, 2024).

A utilização das redes sócias de forma nociva, resultando na ineficiência do ‘’ideal democrático’’, visto que o entendimento da maioria da população pode estar condicionado e manipulado por essas informações inverídicas (SANTIN, 2024). O falseamento da realidade, podendo alterar um imaginário social, havendo persuasão ideológica mediante uma má utilização das liberdades de informação e expressão.

Sobre tais liberdades, Clève e Lorenzetto conceituam que essas garantias existem para a manutenção do dissenso, fortalecendo o discurso público, visto que em mão contrária, não havendo um ‘’fluxo de informação’’ ou o direito de ser ‘’bem informado’’, estas liberdades se encontrariam prejudicadas (CLÈVE e LORENZETTO, 2016).

Elucidando que essas liberdades servem para fortalecer o Estado Democrático, não ao contrário, como no caso das *fake news.* Os autores também ressaltam que esses direitos fundamentais são relativos, e não absolutos, afastando o entendimento que nas redes sociais tudo pode se ‘’falar’’ e ‘’informar’’, usando de mera justificava a aplicabilidade dessas liberdades para legitimar esses atos nocivos no âmbito digital.

As diversidades de posicionamentos devem sempre estar presentes numa democracia, visto a multiculturalidade de seus membros e o estímulo ao dissenso, contudo, vale-se lembrar, que essa liberdade não engloba a utilização de discursos fraudulentos e/ou intolerantes, podendo ameaçar sua própria existência (LIMA e MAGALHÃES, 2023).

Abrangendo, por fim, um último questionamento: A desinformação pode gerar o fim da democracia? Considerando todo o estudo, entende-se que sim, a aplicabilidade da democracia num ambiente de desinformação e desigualdade possui plena capacidade para tanto, visto que esse definhamento democrático sucederia da chegada ao poder de partidos autoritários e regressivos.

A falta de capacidade dos eleitores para realizar uma escolha adequada, mediante uma carência de discernimento político, somado as práticas de desinformação, colocando no poder um partido amplamente autoritário (MILANI, 2023).

Ainda, no último capítulo, observará que a democracia brasileira nos últimos anos se enfraqueceu, visto diferentes atos e falas por parte do governo de extrema direita qual governou o país no período recente.

4 A DESINFORMAÇÃO COMO UMA CRISE DEMOCRÁTICA?

O início de uma era de combate, em que a democracia foi posta sob diversos conflitos, ficando sempre na margem do autoritarismo e populismo político. Cronologicamente, a análise se inicia em 2016, durante o processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rouseff., com a presente fala: “perderam em 64. Perderam

agora em 2016. (…) Pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff'' (LIMA e MAGALHÃES, 2023).

Fala essa que demarca o início da análise, mediante esse discurso de ódio direcionado a imagem feminina da ex-presidente, contendo todos os elementos direcionados a possibilidade de um novo golpe militar. Um estopim, iniciando e permitindo que esses discursos de ódio fossem facilmente aplicados no âmbito político, fortalecendo potências intolerantes e autoritárias que posteriormente assumiriam o poder do país (LIMA E MAGALHÃES, 2023).

Enfim, 2018, o marco no uso das *fake news* no âmbito nacional, como nunca visto anteriormente. Bolsonaro, utilizando de seu discurso hegemônico amplamente radicalizado, conquistando os conservadores e evangélicos (RODRIGUES, BONONE e MIELLI, 2020).

As desinformações transformaram-se em uma estratégia eleitoral durante as eleições de 2018, relembraremos de algumas, como: O kit gay nas escolas; homem que esfaqueou Bolsonaro ter envolvimento com Lula e o PT; Haddad defender o incesto e comunismo em suas obras; A legalização da pedofilia caso Haddad assumisse a presidência (RODRIGUES, BONONE e MIELLI, 2020).

Pesquisas científicas anteriores constataram que a promulgação de *fake news* durante as eleições de 2018 beneficiaram diretamente o candidato de extrema direita, tendo como principais alvos, seus opositores políticos, Lula e Haddad (RODRIGUES, BONONE e MIELLI, 2020).

Durante esse período, algumas *fake news* produziram notória repercussão em relação a outras, tendo como principais: I – A vinculação do *kit gay* a imagem do candidato Fernando Haddad, afirmando que (…) ''um livro chamado "Aparelho Sexual e Cia" estava dentro do material distribuído pelo kit gay'' (JARDELINO, CAVALCANTI e TONIOLO, 2020). Essa fala de Bolsonaro fazia referência a um projeto escola sem homofobia, idealizado pelo PT, focado na formação de educadores, e não na distribuição do material, como alegado pelo ex-presidente (JARDELINO, CAVALCANTI e TONIOLO, 2020). Diante disso, 83,7% dos eleitores de Bolsonaro acreditavam que tal informação era verídica (JARDELINO, CAVALCANTI e TONIOLO, 2020).

II – A fraude nas urnas eleitorais, num vídeo falso divulgado por Flávio Bolsonaro, qual ao digitar o número ‘’1’’ nas urnas o aparelho automaticamente preencheria para o número 13 (número utilizado pelo PT). Causando a desvalorização das instituições democráticas, gerando desconfiança por parte dos eleitores em relação ao Tribunal Superior Eleitoral (JARDELINO, CAVALCANTI e TONIOLO, 2020).

> (…) mesmo com várias reportagens afirmando que o vídeo era falso, muitos eleitores de Bolsonaro continuaram acreditando que as eleições estariam passando por fraudes – talvez devido à crise de credibilidade que a grande mídia vem enfrentando no Brasil ou até devido à estratégia do “nós contra eles” da campanha de Bolsonaro, a qual criou diversas teorias conspiratórias. Um exemplo foi a constante acusação da campanha de Bolsonaro de que os grandes veículos de comunicação brasileiros seriam de “esquerda” e prefeririam a eleição de Haddad (JARDELINO,
>
> CAVALCANTI e TONIOLO, 2020).

III – A camiseta de ‘’Jesus é travesti’’, em uma fotografia adulterada, que nessa camiseta utilizada pela candidata a vice-presidente Manuela D'Ávila tal frase estaria estampada. A mesma divulgou em suas redes a foto verdadeira, demonstrando que na estampa real estava escrito ‘’rebele-se’’ (JARDELINO, CAVALCANTI e TONIOLO, 2020).

Outro período que merece menção, deu-se durante a crise sanitária da COVID-19 (2020-2021), que enquanto alguns se preocupavam com a contaminação da doença, outros se manifestavam a favor de uma nova ditadura, ofendendo os governantes municipais e estaduais que aplicaram o *lockdown* e demais medidas sanitárias recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), como o uso de máscaras e vacinação.

Tendo como momentos marcantes do período: O discurso de ódio mediante toda xenofobia e racismo transplantada na extrema direita, o ‘’vírus chinês’’, criado propositalmente para uma guerra biológica, onde posteriormente, a China lucraria com a venda das vacinas ao resto do mundo (GOULART e MUÑOZ, 2022);

Governantes municipais e estaduais, nomeados de ‘’esquerdalhas assassinos’’ e ‘’ladrões’’, por agirem conforme as medidas sanitárias recomendadas (GOULART e MUÑOZ, 2022);

O Supremo Tribunal Federal, composto por ‘’enganadores do povo’’, por se posicionarem contra o ex-presidente, visto que o referido, mesmo tendo atribuições

legais para agir frente a pandemia, manteve-se inerte e estimulou a negligência por parte de seus apoiadores (GOULART e MUÑOZ, 2022);

A aplicação de medicamentos sem eficácia comprovada (cloroquina, ivermectina e nitazoxanida), visto que para muitos tais remédios funcionaram, salvando a vida de parentes, e quando refutados, acusavam os profissionais da saúde por aplicarem doses altas aos pacientes para causar as mortes (GOULART e MUÑOZ, 2022);

Alegação de um número fantasioso de óbitos, utilizados para causar pânico a população, divulgado por uma mídia ‘’golpista’’ e ‘’petista’’ (GOULART e MUÑOZ, 2022); Sendo um atentado a liberdade obrigar a vacinação da população, somos todos ‘’cobaias humanas’’.

Bolsonaro utilizou-se desse momento de fragilidade para sustentar o ódio político a sua oposição, criando fatores apenas com a finalidade de promover a polarização política, que naquele momento, já se encontrava em seu ápice. Levantando questionamentos sobre a discussão pautada no presente trabalho, questionando-se, tais atos possuem serventia a democracia?

Resposta que se torna evidente no presente estudo, conforme explicado anteriormente, a desinformação e os discursos de ódio apenas vão em sentido contrário a democracia, e nunca o oposto. A desinformação serve para criar um ambiente eleitoral desigual, afastando uns e privilegiando outros, os indivíduos que detém maior dificuldade ao acesso à informação verídica sendo manipulados e influenciados por forças políticas dominantes. Já os discursos de ódio, atuando na exclusão do indivíduo diferente, afastando o mesmo do debate político, não oportunizando o dissenso e o consenso.

No mesmo sentido, traz um último questionamento. Os casos estudados, vivenciados no Brasil contemporâneo, dificultaram a plena eficácia do procedimento democrático? Sim, visto que motivado pela polarização política, aumentou-se a desconfiança por parte dos eleitores em relação as instituições democráticas, como Tribunais Superiores e parte do parlamento brasileiro. Assim como, no aumento de discursos e movimentos em prol de uma nova ditadura e golpe militar, resultando até mesmo, em uma tentativa falha de golpe em 8 de janeiro de 2023.

5 CONCLUSÃO

No presente estudo deu-se como entendimento que as redes sociais, mesmo facilitando o acesso à informação, gera uma nova problemática, a separação do que é real e o que é inverídico, visto a imensa quantidade de informações dispostas na *internet*.

Observando que a desinformação sempre foi um mecanismo utilizado na busca pelo poder político, e agora, na era das redes sociais, a disseminação de tais desinformações encontra-se num cenário amplamente exorbitante, sendo de fácil promoção, utilizado em períodos recentes no Brasil, como durante a pandemia da COVID-19 e eleições presidenciais.

Outrossim, a mercantilização das redes sociais promovendo a existência de filtros de bolha e câmaras de eco, sustentando a polarização política, deixando o indivíduo mais distante de ideias alheias a sua, causando um enclausuramento do usuário dentro de suas próprias perspectivas.

Sobre a aplicação da democracia, considerando o estudo de Dahl, observa-se que a execução de seu modelo conceituado como processo democrático dificilmente será alcançado e aplicado rigorosamente, visto que a democracia deixará essas lacunas, demonstrando ser um sistema imperfeito, porém, sendo a solução mais benéfica para a cooperação social.

Constatando que o vício democrático encontrado no Brasil, se dá na dificuldade na efetuação das igualdades materiais no processo democrático. Existindo igualdades formais que apenas são encobertas por entendimentos preestabelecidos socialmente, como o enquadramento das elites e da classe média, e na inferioridade das classes mais pobres.

Um ambiente onde a liberdade de expressão e informação estão corrompidos a um entendimento errôneo, que os aplica de modo contrário ao seu ideal democrático. Utilizado para justificar a existência de *fake news* e de discursos de ódio, como se tais prerrogativas alcançassem esses fatos.

Por fim, concluiu-se que a desinformação sustenta um Estado antidemocrático, visto que a junção entre desigualdade, desinformação e polarização

política, resulta na efetivação de partidos autoritários e extremistas, vindo da própria democracia, sua extinção.

Assim, ressalta a importância da aplicabilidade dos dispositivos levantados por Dahl, direcionando primordialmente no que diz respeito ao estudo político e acesso adequado as informações. Propiciando em um ambiente democrático amplamente eficaz, em que, com tal educação política, aproximaria determinadas minorias da deliberação democrática.

REFERÊNCIAS

BACHUR, João Paulo. **Desinformação Política, Mídias Digitais e Democracia: Como e Por Que as Fake News Funcionam?** RDP, vol. 18, n. 99, 2021.

BRISOLA, Anna. BEZERRA, Arthur Coelho. **DESINFORMAÇÃO E CIRCULAÇÃO DE "FAKE NEWS": DISTINÇÕES, DIAGNÓSTICO E REAÇÃO.** XIX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2018. Londrina. 2018.

CLÈVE, Clèmerson Merlin. LORENZETTO, Bruno Meneses. **DIMENSÕES DAS LIBERDADES DE INFORMAÇÕES E DE EXPRESSÃO: ELEMENTOS DO DISCURSO PÚBLICO.** Espaço Jurídico *Journal of Law*, v. 17. 2016.

DAHL, Robert. **Sobre a Democracia.** Tradução: Beatriz Sidou. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2001.

GOULART, Andrea Heloiza. MUÑOZ, Ivette Kafure. **O sujeito informacional e as redes sociais online: reflexos da polarização política nas práticas informacionais relacionadas à pandemia de Covid-19.** Liinc em Revista, [S. l.], v. 18, n. 2, 2022.

JARDELINO, Fábio. CAVALCANTI, Davi Barboza. TONIOLO, Bianca Persici. **A Proliferação das Fake News nas eleições brasileiras de 2018.** Revista Comunicação Pública, vol. 15, n. 28, 2020.

LIMA, Martonio Mont'Alverne Barreto. MAGALHÃES, Sara Alves. **IMPEACHMENT, MISOGINIA E DEMOCRACIA: O SUCESSO DA INTOLERÂNCIA.** Revista Direitos Fundamentais e Democracia, v. 28, n. 3, 2023.

MILANI, Wilson. **Crises da democracia e desinformação: diagnósticos do tempo presente.** Revista Eco-Pós, v. 26, n. 1, 2023.

RODRIGUES, Theófilo Codeço Machado. BONONE, Luana Meneguelli. MIELLI, Renata. **Desinformação e Crise na Democracia no Brasil: é possível regular fake news?** Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito, vol. 22, n. 3, 2020.

SANTIN, Janaína Rigo. **ATUAÇÃO DO PROFESSOR FRENTE ÀS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: COMO FOMENTAR VALORES DEMOCRÁTICOS EM TEMPOS DE FAKE NEWS.** Revista Direitos Fundamentais e Democracia, vol. 29, n. 2, 2024.

SOUZA, Jessé José Freire de. **A Classe Média no Espelho. Sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade.** Rio de Janeiro: Estação Brasil. 2018.

WÜNSCH, Mariana Sanches. FERREIRA, Natasha Alves. **O Impacto das Fake News na Democracia e o Papel da Cláusula Democrática.** Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia, vol. 49, n. 2, 2021.